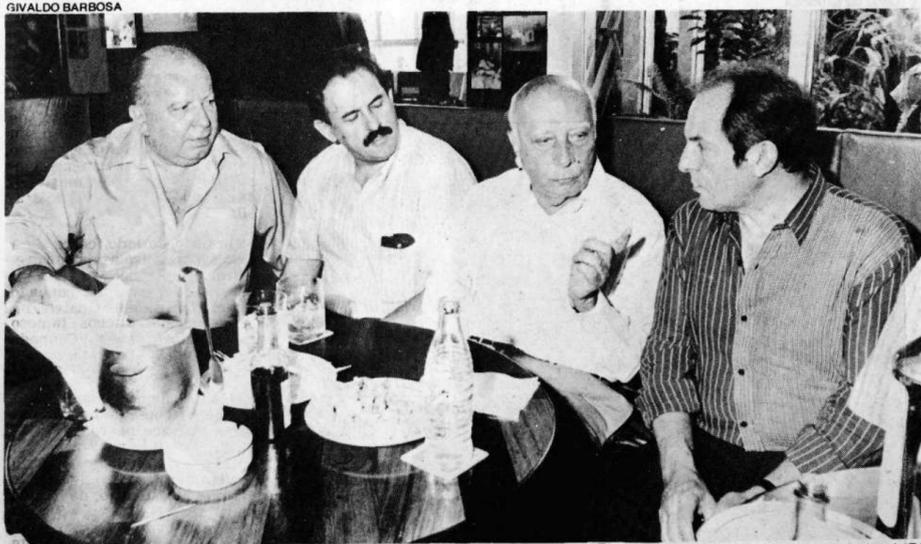


# Ulysses: Estabilidade terá acordo

Reunião pode aprovar uma fórmula com apoio do Centrão e de Covas



Em busca de acordo, Ulysses almoçou ontem com Adolfo de Oliveira (E), Nelson Jobim e Bernardo Cabral (D)

## Sarney negocia sistema com duas alternativas

TARCISIO HOLANDA  
Repórter Especial

O Governo joga com duas alternativas em matéria de forma de governo e duração de mandato. A preferência é pela emenda presidencialista do senador Humberto Lucena com mandato de cinco anos; mas, diante de dificuldades que possam surgir os homens de Sarney na área política admitem negociar a segunda opção, que seria a emenda Manoel Moreira, um presidencialismo com ritual parlamentarista.

Os ministros Prisco Viana e Antônio Carlos Magalhães e o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, principais articuladores dessa estratégia, continuam firmemente convencidos de que o atual presidente da República conseguirá assegurar no futuro texto constitucional a realização de eleições em 89 e, portanto, do mandato de cinco anos.

O deputado Carlos Sant'Anna adverte que a proposta que confere o mandato de cinco anos para o atual Presidente conseguiu coletar não apenas 317 assinaturas, mas 325. O término do prazo de apresentação de emendas é que obrigou a apresentação da proposta com as 317 assinaturas, mas oito outras vieram a elas se somar, posteriormente.

O parlamentar balano não acredita que as defecções atinjam a número expressivo, como sugere certo noticiário dos jornais. E adverte que esta será uma batalha que só terminará com o fim da votação em plenário e a proclamação

do resultado. Até lá, portanto, os dois lados estarão empenhados no trabalho de alijamento de votos.

O Governo trabalha pela manutenção do regime presidencialista, tendo como alternativa ideal a proposta apresentada pelo presidente do Senado, Humberto Lucena, à qual se fundiram propostas do senador Edson Lobão (PFL-MA) e do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e emendas do deputado pernambucano Maurício Ferreira Lima.

O Governo continua convencido de que a tendência da maioria dos constituintes se inclina claramente em favor do regime presidencialista. Mas, se esta alternativa se revelar arriscada, Sant'Anna admite abertamente a possibilidade de uma negociação em torno da emenda do deputado paulista Manoel Moreira.

É claro que uma votação sobre matéria de tanta complexidade e importância não será realizada sem entendimentos prévios entre os grupos que se formam na Constituinte — presidencialistas, parlamentaristas, mistos.

A votação deverá ocorrer depois dos festejos carnavalescos, segundo cálculos de diferentes líderes na Constituinte. O líder do Governo acredita que será possível explorar as possibilidades de uma negociação sobre o tema, com mais objetividade, depois de definida a questão delicada da estabilidade no emprego — pela negociação ou pelo voto.

A emenda Manoel Moreira nasceu de proposta originalmente concebida pelo professor paulista Miguel

Reale Júnior. Posteriormente, essa proposta foi enriquecida por uma substancial contribuição de emissários autorizados do Palácio do Planalto e por parlamentaristas que admitem a alternativa mista.

O Governo espera conter a inflação em determinados limites, trabalhando para exercer maior controle sobre o déficit público através de rigorosa dieta nos gastos. Com isso, espera que a situação econômica não se agrave a ponto de perturbar o atual quadro político em condições de comprometer seu objetivo pelos cinco anos de mandato.

Mantidas essas premissas, o líder do Governo na Câmara acredita que estará assegurada a vitória da eleição presidencial em 89, seja ou não a votação antecipada para quando o plenário estiver votando o capítulo IV da nova Constituição, que dispõe a respeito da organização do aparelho do Estado. "Creio que tanto faz votar agora quan-



Sant'Anna: articulador

to mais tarde. O resultado será o mesmo", garante Sant'Anna.

Apesar desse ponto de vista do líder do Governo, ficou evidente nos últimos dias o interesse do presidente Sarney em antecipar a votação do mandato. O Presidente interessou-se por sugestão do deputado Bonifácio José de Andrada no sentido de conectar com o capítulo IV do texto permanente a questão do mandato das Disposições Transitórias.

O capítulo IV será votado logo depois do Carnaval, enquanto as Disposições Transitórias ficarão para o final — possivelmente em primeiro turno. A sugestão mostra-se inviável em face da impossibilidade de consertar um acordo de lideranças para permitir a sua concretização. Sozinho, o presidente do PMDB, que está interessado em apressar o processo de votação, não se disporia a assumir tamanha responsabilidade de decidir sobre uma questão política. O Palácio deve se acostumar à ideia de que esse ponto problemático só será definido lá para meados do mês de abril, se tudo correr bem.

Governo é Governo — costumam dizer políticos mais velhos, como o ex-presidente do extinto PSD, Amaral Peixoto, ou o senador Virgílio Távora. Os que defendem quatro anos continuam jogando com a progressiva deterioração do quadro econômico como o fator capaz de levantar a opinião pública para pressionar o Congresso Constituinte a antecipar a permanência de Sarney no poder.

A principal preocupação do presidente Ulysses Guimarães ontem foi intermediar os acordos sobre o próximo tema polêmico a ser votado na Constituinte, a estabilidade no emprego. Depois de passar a manhã descansando em sua casa na Península dos Ministros, Ulysses almoçou com um grupo de constituintes no hotel Eron, onde foi discutida a última proposta de entendimento surgida sobre estabilidade: deixar o tema para ser tratado pela legislação ordinária e, enquanto esta lei não for votada, garantir nas Disposições Transitórias a indenização nos casos de demissão sem justa causa.

— Essa é a Constituinte feijoadada, não é a Constituinte-caviar nem a Constituinte-salmão, embora eu seja da turma do poire. Teremos um almoço popular, que corresponde ao feijão-com-arroz do ministro Majlson da Nobrega. Nossa Constituinte-feijoadada está dando certo, espero que a política do ministro da Fazenda também dê — bricou Ulysses, bem-humorado.

Ulysses adiantou que a proposta de remeter para as disposições transitórias a indenização por demissão imotivada não tem a simpatia de todos os líderes do Centrão. "Alguns admitem examinar isso, outros não", comentou Ulysses. Ele acredita, no entanto, que o acordo poderá ser fechado amanhã, quando pretende realizar uma reunião "conclusiva", em local que ficará à escolha do líder do PMDB, senador Mário Covas. "Pode ser no

Planalto, ou então onde ele achar melhor".

O presidente está entusiasmado com o ritmo de votação alcançado pelo plenário até agora, e pretende acelerar ainda mais os trabalhos. Ele anunciou que, após o Carnaval, serão realizadas sessões também aos sábados e domingos e acredita que logo depois dos feriados será votado o Título IV, que trata do Sistema de Governo e da duração do mandato do Presidente da República.

Ulysses lembrou que o painel eletrônico está "cada vez mais rápido e mais seguro" e os acordos prévios sobre os temas em votação, também têm contribuído para acelerar a votação. Hoje Ulysses só identifica dois focos de retardamento dos trabalhos: os quatro encaminhamentos — dois a favor e dois contra — feitos antes de cada emenda votada e os constituintes que, na hora da votação, ficam conversando nos corredores e depois têm que votar individualmente nos postos avulsos de votação.

Para economizar tempo, Ulysses está pensando em fazer um apelo aos autores de emendas sobre as quais já há um consenso que dispensem o encaminhamento. No caso de matéria controvertida, ele acredita que dois encaminhamentos, um contra e outro a favor, já são suficientes. Além disso, Ulysses mandou um recado para os constituintes habituados dos postos avulsos, que ele apelidou de "bandada do corredor": sentem-se ao menos nos segundos necessários para votar.

## Mandato deve ser um só

Ulysses Guimarães voltou a defender a tese de que o mandato do presidente José Sarney deverá ter a mesma duração do período a ser fixado pelos constituintes para os próximos governos. Embora esta posição de Ulysses já fosse conhecida, foi a primeira manifestação pública sobre o tema depois de mais de um mês de silêncio.

Na opinião do presidente da Constituinte, não há motivos para que se estabeleça uma discriminação em relação ao presidente José Sarney. Ele insistiu em uma rápida definição da matéria. E disse que mandato presidencial, sistema de governo e estabilidade no emprego são os temas mais polêmicos em discussão pela Assembleia.

Ulysses Guimarães passou a tarde de ontem almoçando, no restaurante do Eron Hotel, uma animada feijoada. O presidente alegrou a todos com seu mais fino humor. Fez até mesmo questão de posar para os fotógrafos presentes ao local, ao lado de Clélia Carvalho, esposa do senador Cid

Carvalho, não sem antes esclarecer: "Ainda bem que a Mora (sua esposa) sabe que somos amigos, porque asenão..." Durante toda tarde, Ulysses manteve o sorriso, sempre acompanhado, lado a lado, pelo amigo e relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), com quem trocou diversas conversas ao pé-do-ouvido.

Além do senador Cid Carvalho, faziam parte da mesa o ministro da Cultura, Celso Furtado e esposa; os constituintes Leonardo Mota, Heráclito Forte, Auzilio Vasconcelos, Adolfo de Oliveira e Nelson Jobim.

O almoço, que teve início por volta das 14 horas, com um aperitivo em um salão onde se podia ouvir o melhor da música popular brasileira, terminou às 17h30m, com o tradicional cafezinho. Mas o forte mesmo ficou por conta da feijoada folcloricamente servida por uma baiana vestida a caráter. Uma verdadeira tarde de relaxamento, com boa comida e muitas companhias.

## Constituinte em fase de calmaria

Depois de resolvida a polêmica que vem envolvendo a definição constitucional de estabilidade para os trabalhadores, a Constituinte entrará nos próximos dias, numa fase de relativa calmaria, votando temas que, se não são de entendimento pacífico entre os grupos e partidos, não chegam a acirrar paixões entre os constituintes.

Do que resta a ser decidido sobre o Título II, o movimento na Constituinte ficará limitado à extensão do direito do voto aos maiores de 16 anos — que o Centrão não quer, preferindo que apenas os maiores de 17 anos possam também votar. Segundo a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), a questão do voto não chega a ser considerada polêmica, e deve prevalecer a norma que foi estabelecida no anteprojeto da Comissão de Sistematização — voto aos 16 para todos os brasileiros.

No Título III a Constituinte voltará a ter a temperatura aumentada — no capítulo I, onde são definidos quais são os bens da União. O Centrão, em sua proposta modificou o texto da Comissão de Sistematização, e retirou dos bens da União os recursos minerais e os subsolo. Isto, para os grupos considerados progressistas na Constituinte, é grave, embora para outros parlamentares, considerados moderados, a União já tem garantido o direito sobre recursos minerais e subsolo no Título VII, já que lá se prevê que a exploração destes recursos só se dará sob licença e concessão das autoridades brasileiras, e somente poderá ser dada a empresas brasileiras.

O deputado Fernando Santana (PCB-BA) recolheu 187 assinaturas para pedir destaque para votação em separado do artigo 22, incisos VII e IX. O deputado acredita que o texto da Sistematização será restabelecido, mas, prevenido, garante que, se houver re-

stências, lutará "até por sangue pela boca" pela manutenção dos subsolo e dos recursos minerais entre os bens da União.

Para a deputada Sandra Cavalcanti, umas das articuladoras das votações em plenário e porta-voz do Grupo dos 32, o texto da Sistematização deve ser novamente adotado pelos constituintes, até porque já existe a garantia do controle da União sobre a questão mineral no título VII — "não há porque se retirar dos bens da União estes dois itens" — afirma Sandra Cavalcanti. Ela acha que o Centrão não votará unido nesta questão e prevalecerá a vontade dos "progressistas" sobre a redação do artigo 22.

Ainda no título III, novas "brigas" levarão moderados e progressistas a mediarem forças através do voto. No artigo 23, que determina o que compete à União, o Centrão propõe mudanças ao texto aprovado pela Comissão de Sistematização, com as quais muitos parlamentares não concordam: um exemplo desta polêmica está na exploração dos serviços nacionais, interestaduais e internacionais de radiodifusão e transmissão de dados. A Sistematização determinou que a exploração seja competência da União, ainda que mediante concessão ou permissão; o Centrão prefere que somente os serviços de telecomunicações sejam explorados pela União ou por quem tenha sua concessão ou permissão.

Mesmo com a previsão de algumas votações movimentadas, o título III deverá passar pelo plenário da Constituinte como um pequeno período de calmaria entre a tumultuada votação dos direitos dos trabalhadores e a que promete novas guerras, com os termômetros novamente em ascensão: a do título IV que definirá, de uma vez por todas, o sistema de governo.

## DPF deu ordem para retirada dos cartazes

O Departamento de Polícia Federal determinou às suas Superintendências Regionais a retirada dos cartazes que em vários Estados vêm indicando constituintes como "traidores do povo". A autorização foi transmitida no final do expediente de sexta-feira, assim que o DPF recebeu telex do procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, atendendo solicitação do presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães. Em Brasília ainda se encontram os impressos fixados em locais públicos do Lago Norte e cidades satélites, enquanto na maioria que dos "pirulitos" dos pontos de ônibus do Plano Piloto eles deram lugar aos cartazes que anunciam o "Baile do Povo" no "Eixão da Alegria".

Qualquer medida legal contra a manifestação só será tomada depois de uma avaliação de sua abrangência e da identificação dos responsáveis, conforme informou ontem o coordenador substituto de Comunicação Social do DPF, João Martins. A ordem às Superintendências Regionais é de que passem a acompanhar a fixação dos cartazes, que tem se repetido principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A Polícia Federal, a partir deste trabalho de localização dos manifestantes, adotará medidas cabíveis ao caso dentro dos dispositivos previstos no Código Penal. Se houver necessidade será aberto inquérito para apurar os responsáveis.

Na avaliação de João Martins, o próprio presi-

dente da Constituinte, Ulysses Guimarães, já indicou o enquadramento penal que acha ser adequado à autoria da manifestação. O artigo 146 do Código Penal, segundo Ulysses, atende a prática do constrangimento legal. O DPF, a partir desta indicação, procurará averiguar se a manifestação realmente requer este enquadramento.

Até ontem, o Sindicato dos Bancários e a Central Única dos Trabalhadores em Brasília não haviam recebido qualquer comunicação oficial do DPF quanto à ação de fixação dos cartazes. Dalton Bitencourt, diretor do Sindicato, continua convicto de que esta é uma manifestação "mais que legítima" e classifica a medida solicitada por Ulysses Guimarães como "uma provocação". Ele anunciou que a partir de amanhã os coordenadores da manifestação iniciarão um trabalho junto ao movimento sindical de todo o País para responder às determinações de Ulysses com a intensificação da manifestação.

A iniciativa do presidente da Constituinte veio em socorro às reclamações de vários parlamentares que se sentiram atingidos pelas informações dos cartazes. Na sessão de sexta-feira a denúncia feita pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), de que sua mãe e sua irmã estão sendo ameaçadas no Rio de Janeiro por causa da impressão da constituinte nos cartazes, foi o último pronunciamento a respaldar a atitude de Ulysses Guimarães.

## SP na expectativa

Da Sucursal

São Paulo — A CUT-SP e o Sindicato dos Bancários não receberam, ontem, nenhuma visita ou notificação da Delegacia de Polícia Federal a respeito dos cartazes contra o Centrão. As sedes das duas entidades ficaram fechadas; Jorge Coelho, presidente da CUT (acusada no Congresso como uma das responsáveis pelos cartazes) passou o dia em Santo André, para acompanhar a eleição no Sindicato dos Metalúrgicos.

O Sindicato e a CUT souberam pelo CORREIO, sexta-feira à noite, da determinação do Presidente em exercício, deputado Ulysses Guimarães. Naquela noite, a maior parte dos cartazes já fora

despachada para o interior. Muitos estão afixados na cidade, principalmente nas avenidas 23 de Maio e Rubem Berta, que ligam o centro ao Aeroporto de Congonhas. Um dirigente do Sindicato dos Bancários, que pediu para não ser identificado, disse que o noticiário dos jornais havia tranquilizado os sindicalistas: "Verificamos que a Procuradoria-Geral da República iria examinar a legislação." Ao mesmo tempo, a providência inicial seria investigar a responsabilidade pelos cartazes. Eles estão a salvo, por enquanto.

As comunicações com a Polícia Federal estavam prejudicadas ontem. Uma pane no PABX do órgão impediu a transferência de ligações.

## Costa Couto, o homem que tem domínio total sobre o Governo

DILZE TEIXEIRA  
Da Editoria de Política

Quando o ministro Ronaldo Costa Couto assumiu a chefia do Gabinete Civil em substituição ao senador Marco Maciel, em abril do ano passado, houve quem dissesse que ele não passaria de um mero despachante de papéis. Mas quem assim pensou cometeu um engano: hoje, menos de dez meses no cargo, Costa Couto é um dos homens mais poderosos da República. Tem controle total sobre a máquina do Governo, desde a elaboração de projetos de lei, decretos e atos até as mais importantes decisões do Governo.

É voz geral — ou quase geral — no Palácio do Planalto que o presidente Sarney encontrou em Costa Couto um hábil interlocutor político, conciliador e fiel. Para a maioria, "isto ocorre porque ele trabalha para o Presidente e não em qualquer projeto próprio", como garante um amigo próximo do ministro, que atribui a este traço de personalidade de Costa Couto seu crescimento no Gabinete Civil. Ele nega que tenha qualquer ambição política, mas deputados como Pimenta da Veiga (PMDB-MG) garantem que "se ele nega com tanta ênfase e porque é candidato".

MAXIMA MINEIRA

A conclusão de Pimenta da Veiga obedece a uma máxima adotada pelos mineiros: "Quem desdenha quer comprar". Mas ele sugere que embora Costa Couto tenha todas as condi-

ções encontraria muitas dificuldades para realizar este projeto. Simplesmente porque nunca disputou um cargo eletivo, e em Minas Gerais não há um caso em que o governador não tenha antes experimentado as urnas.

Outro mineiro e também amigo de Costa Couto, o deputado Sérgio Werneck (PMDB-MG) garantiu que "se este é o projeto do Ronaldo, ele nunca me confessou". Para ele, entretanto, Costa Couto tem todas as condições de vir a ser o governador de Minas Gerais: "É um grande técnico com um grande potencial político".

O crescimento de Costa Couto pode ser medido pelo tamanho do Gabinete Civil, que hoje, além das atribuições naturais, acumula a função de porta-voz do Governo — exercido pelo próprio ministro —, controla todo o sistema de comunicação do Governo (inclusive dos Ministérios) e ganhou, recentemente a Secretaria Especial de Assuntos Comunitários, órgão responsável pelos programas sociais do Governo e poderoso instrumento político.

A escolha de Costa Couto se deu em meio a uma das mais graves crises políticas do Governo da Nova República, e muita gente não a entendeu. Afinal de contas, o Gabinete Civil, em geral, é ocupado por uma pessoa muito próxima do Presidente da República, o que não era bem o caso. Mas, para a indicação de Costa Couto, pesou decisivamente o bom trânsito que ele tem junto aos go-

vernadores do Nordeste e a maioria dos políticos.

Este café, Costa Couto acumulou durante os anos em que esteve na secretaria do Planejamento de Minas Gerais e, depois, no Ministério do Interior, indicado — em ambos os casos — pelo falecido presidente Tancredo Neves. Com este amplo espectro político e um invejável jogo de cintura, o ministro do Gabinete Civil presta um grande serviço ao Presidente, constituindo os acordos na Constituinte.

"O Costa Couto evita levar problemas para o Presidente. E o melhor descascar de abacaxis do Governo", garante um assessor do Palácio do Planalto. Segundo ele, Sarney está muito satisfeito com seu chefe de Gabinete Civil, que, além de tudo, "não corre na mesma raia".

Uma referência velada ao ex-ministro Marco Maciel, que era um potencial candidato à sucessão presidencial.

O sucesso de Costa Couto não é bem visto pelos que habitam ou habitaram o Palácio do Planalto. Há quem jure que o ministro é exageradamente ambicioso e quer acumular todas as funções estratégicas do poder. Os que se enquadram neste grupo apontam o crescimento do Gabinete Civil para comprovar suas teses. Hoje, ele controla a comunicação, as audiências do Presidente, a máquina do Governo e até os programas sociais, através da Seac — queixam-se os que não vêem com bons olhos o sucesso do ministro. Mas em defesa de Costa

Couto — e neste caso surgem muitas vozes — há sempre uma justificativa pronta: a comunicação do Governo foi incorporada ao Gabinete Civil porque o Presidente quis dar "ordem e unidade" ao sistema que, até hoje, se constituiu numa verdadeira dor de cabeça para Sarney. Já quanto à Seac, os assessores mais próximos do Presidente juram que este assunto sequer foi tratado com Costa Couto. Sarney simplesmente comunicou ao ministro que iria transferir a Seac do Planejamento para o Gabinete Civil.

Ronaldo vai tocar de fato os programas sociais porque é uma pessoa confiável, em todos os sentidos, e não tem projeto político próprio — justifica um auxiliar próximo do ministro.

Desde que assumiu o Governo, Costa Couto cancelou o único hobby pelo qual se apaixonou nos tempos de colégio: o voleibol. Trabalha diariamente 14 horas no Palácio do Planalto e, na maioria das vezes, o expediente se prolonga madrugada adentro, em encontros políticos. A média de ligações telefônicas do ministro é de 300 por dia. Ele recebe cerca de 40 pessoas, diariamente — em sua maioria políticos e empresários.

Se Ronaldo Costa Couto tem um projeto político, ele é secreto. Na verdade, o ministro tem um grande potencial político e não deixará de montar um cavalo encilhado, caso ele passe em sua frente, rumo ao Palácio da Liberdade.